

Psicanálise na Praça Roosevelt: modalidades de transferência

Adriana Simões Marino

Resumo

O texto aborda o tema da transferência no interior da experiência clínica da Psicanálise na Praça Roosevelt. O objetivo é discutir as modalidades transferenciais a partir da circulação ou não de analistas, tendo em vista a articulação da temática com o conceito de identificação e uma distinção entre efeitos terapêuticos e analíticos. Por fim, sustenta que a incursão proposta não traz prejuízos, em termos de seus efeitos, enquanto aposta em uma psicanálise em espaços públicos.

Palavras-chave:

Circulação de analistas; Identificação; Psicanálise; Transferência.

Psychoanalysis in Roosevelt Square: transference modalities

Abstract

This paper brings the concept of the transference within the clinical experience of the Psychoanalysis in Roosevelt Square. The objective is to discuss transference modalities considering the circulation of analysts or not, in view of an articulation of this theme with the concept of identification and a distinction between therapeutic and analytical effects. Finally, it maintains that this research doesn't devalue, in terms of its effects, psychoanalysis initiatives in public spaces.

Keywords:

Circulation of analysts; Identification; Psychoanalysis; Transference.

Psicoanálisis en la Plaza Roosevelt: modalidades transferenciales

Resumen

El trabajo discute el tema de la transferencia en el ámbito de la experiencia clínica del psicoanálisis en la Plaza Roosevelt. Su objetivo es considerar las modalidades transferenciales a partir de la circulación o no de analistas, teniendo en vista la articulación de la temática con el concepto de identificación y una distinción entre efectos terapéuticos y analíticos. Por último, se sostiene que la investigación realizada no trae perjuicios, en términos de sus efectos, como apuesta para un psicoanálisis en espacios públicos.

Palabras clave:

Circulación de analistas; Identificación; Psicoanálisis; Transferencia.

Psychanalyse sur la place Roosevelt : modalités de transfert

Résumé

Ce travail a pour but de traiter du thème du transfert dans l'expérience clinique de la psychanalyse sur la Place Roosevelt. Il se propose de discuter les modalités transférentielles à partir de la circulation ou non d'analystes, ayant en vue l'articulation de la thématique avec le concept d'identification et une distinction entre les effets thérapeutiques et analytiques. Enfin, on considère que l'incursion proposée n'affecte pas négativement l'analyse, en termes de ses effets, en tant qu'enjeu pour une psychanalyse dans des espaces publics.

Mots-clés :

Circulation des analystes ; Identification ; Psychanalyse ; Transfert.

Introdução

Abordaremos a transferência, considerada estratégica em uma análise, a partir da experiência da Psicanálise na Praça Roosevelt. Como extraímos dessa clínica extramuros, situada em uma praça no centro de São Paulo, a transferência ganha contornos particulares, especialmente em função da possibilidade da circulação de analistas. Ressaltaremos a advertência trazida por Lacan de que é preciso atentar para o modo como a transferência é manejada a partir da posição daquele que conduz uma análise: “ao que deve ser, para responder a esse fenômeno, a posição do analista” (Lacan, 1960-1961/1992, p. 261). Assim, para essa investigação, será preciso que a distingamos de sua dimensão de fenômeno presente no cotidiano.

Soma-se a isso uma segunda consideração, que é desde a singularidade contida em um significante qualquer (Sq), sem que tal traço se reduza a uma identificação, que um sujeito poderá engajar-se em uma análise (Lacan, 1967/2003). Isso porque, apesar de a identificação ser uma primeira forma de laço afetivo em relação a um objeto, a transferência não se reduz ao fenômeno da afetividade nem à reprodução de padrões relacionais (Lacan, 1953-1954/1986). Portanto, notemos que entre transferência e identificação existem lacunas que cingem uma análise e que, como desenvolveremos, podem ser traduzidas em termos de seus efeitos, quais sejam, analítico ou terapêutico.

Na praça, o fenômeno da transferência pode dirigir-se a um analista específico ou, ao menos em um primeiro tempo, ao coletivo. Isso porque o dispositivo contempla a possibilidade de o sujeito ser atendido por diferentes analistas, seja como um processo que envolve um tempo de decisão por uma análise — “entrevistas preliminares” ou “tratamento de ensaio” —, seja como aposta terapêutica no próprio dispositivo rotativo, isto é, dos efeitos terapêuticos recolhidos por meio da rotatividade.

Aos sábados, um sujeito que vai à praça poderá ser atendido por um dos analistas que se encontram presentes no dia. Na possibilidade de seu retorno, caso não manifeste a vontade ou um desejo de ser atendido pelo mesmo analista, o sujeito poderá ser atendido por outro. Além de poder escolher ser atendido por um mesmo analista, o coletivo também se encontra atento quando a rotatividade pode ser iatrogênica à direção do tratamento.

Esse dispositivo encontra-se nos primórdios desse trabalho, quando havia uma aposta em relação à rotatividade. Pautávamos essa experiência dando lastro à Clínica Aberta de Psicanálise — iniciativa que sustenta essa circulação a partir de uma orientação teórico-clínica atrelada à psicanálise inglesa. A circulação permitiria que o trabalho fosse sustentável, sem constituir uma filantropia, pois os atendimentos não são precedidos do pagamento em dinheiro, e os analistas decidem quando atenderão. Contudo, atentamos para a conveniência que tal liberdade de estar na praça constitui e consideramos que a circulação não deveria pautar-se pela conveniência dos analistas.

A circulação possibilita uma experiência com o inconsciente *sui generis*. Pode permitir ao sujeito certo aproveitamento de estilos oriundos da heterogeneidade de cada analista, e recolhemos — por meio das entrevistas — efeitos terapêuticos que, se não são oriundos da circulação em si, ao menos indicam a possibilidade de tais efeitos.

Há sujeitos que vão à praça porque se encontram atravessados por uma identificação com o grupo, com a praça ou com certo traço do coletivo à esquerda no escopo político. Soma-se a isso o ensejo para um trabalho interno ao coletivo, com entrevistas semanais e supervisão periódica, traduzidos em uma orientação clínica desejável da formação. Partilhar casos em função da rotatividade implica discussões teóricas e um trabalho cioso quanto aos manejos clínicos, preciosos à direção do tratamento.

No entanto, a partir da perspectiva de uma clínica atravessada pela psicanálise lacaniana, que não é hegemônica no coletivo, encontram-se discussões sobre efeitos terapêuticos e analíticos. As psicoterapias em geral ocupam-se em compreender, aconselhar, orientar, explicar e oferecer remediações ao eu, que redundam no emprego da sugestão (Fingermann & Dias, 2005). Com Freud (1926/2014), sabemos que a sugestão é o que distingue a psicanálise das psicoterapias e, fundamentalmente, da hipnose.

Enquanto métodos terapêuticos acrescentam elementos ao discurso do sujeito, como um pintor que insere tintas e imprime formas em uma tela (*per via di porre*), um analista trabalha como um arqueólogo ou escultor (*per via di lavare*) que “traz algo para fora” (Freud, 1904/1905/1996a, p. 247). Enfim, é preciso que distingamos os efeitos que a rotatividade pode trazer.

Ao considerarmos uma psicanálise lacaniana, encontramos um fundamento no qual uma análise não prescinde da escolha de um sujeito em empreender uma análise com um analista e da correlativa decisão desse analista por um percurso de análise com aquele sujeito. Mas não há garantia prévia de que haverá engajamento em uma análise. Afinal, tal engajamento encontra-se imerso em sobre-determinações e indeterminações idiossincráticas ao encontro analítico.

Para nossa investigação, consideraremos um desdobramento trazido por Lacan (1967-1968, p. 46) sobre a não existência da metalinguagem: “não se deve considerar, de forma alguma, a dimensão da transferência da transferência”. Tal afirmação toca nossa experiência, por remeter tanto à impossibilidade de se transferir a transferência — tomá-la por procuração — quanto à não autorização de uma práxis calcada na “retomada analítica do estatuto da própria transferência” (Lacan, 1967-1968, p. 46). Daí considerarmos prudente abordar esse conceito mais além de sua intuição, de modo que deixemos a inventividade para o que é do estilo de cada analista e ao que pode conduzir a experiência sempre singular de uma análise.

Transferência e identificação

A transferência, como atribuição logrável de saber que faz advir a demanda de amor, é motor e também resistência de uma análise. Tal demanda — de querer fazer Um com o Outro — exerce uma função de tapeação, servindo de resistência à interpretação que aponta para o desejo. Isto é, o sujeito coloca-se para ser amado pelo analista, a fim de que essa espécie de “fidelidade amorosa” impeça-o de se haver com a própria falta. Daí ser preciso sustentar um “laço do desejo do analista com o desejo do paciente”, pois é isso o que se afirma “por trás do amor de transferência” (Lacan, 1964/1997, p. 246).

O amor, sem dúvida, é um efeito de transferência, mas em sua face de resistência. Estamos presos em esperar esse efeito de transferência para poder interpretar e, ao mesmo tempo, sabemos que ele fecha o sujeito ao efeito de nossa interpretação. (Lacan, 1964/1997, p. 246)

A transferência não prescinde da presença de um analista, com seu corpo, a servir como suporte de traços aos quais o sujeito poderá se fisgar, a fim de sustentar sua divisão e dirigir ao analista a promessa de sua suturação. Como referiu Lacan (1958/1998), o analista paga com suas palavras, sua pessoa e seus pré-juízos. A transferência, caracterizada por ser “idêntica” a seu “manejo”, não prescinde de um analista que se empresta contingencialmente a um sujeito, que, por sua vez, coloca-o nesse lugar para uma função (Lacan, 1958/1998, p. 622).

Tal função diz respeito ao tratamento que se espera de um psicanalista, o que independe da extensão que uma análise possa ter ou mesmo do espaço físico em que se a encontre. Como observa Lacan (1964/1997), é desde a “presença do analista” que o conceito de inconsciente pode ser ratificado — o que não se reduz a uma presença física, mas indica que um analista encontra-se como manifestação do inconsciente. É também pela função que exerce no cerne da experiência psicanalítica que o conceito de transferência pode ser articulado.

Mesmo que a situação analítica nunca se reduza a uma relação dual — em função de uma instância terceira, a da linguagem correspondente ao Outro —, isso não implica um convite para a presença de terceiros que supostamente consistam na situação analítica.¹ Lacan (1958/1998) foi, enfim, claro ao dizer que não se é livre na transferência.

1 A isso se soma um questionamento ético sobre o que pode fundamentar a rotatividade quando um analista já se encontra sob transferência. Assim, como um analista que se encontra sob uma transferência, em um processo analítico, pode ao menos autorizar-se a escutar um atendimento realizado por outro analista? O paradoxo remete ao famigerado “uso de informante” da clínica médico-psiquiátrica.

Se um analista nunca responde do lugar da correspondência à demanda ao qual o sujeito lhe imputa, como um analista poderá autorizar-se a exercer essa função, se não tiver como saber que ocupa esse lugar? Como se dará uma análise, sem saber que um analista encontra-se sob transferência, o que autoriza sua interpretação? Tendo em vista que é na transferência que se alça uma análise — e não “analisando a transferência”, como atualização repetitiva de *patterns* ou afetos da história do sujeito —, encontramos direções diferentes em termos de seu manejo.

Chamamos a atenção para a crítica que Lacan (1958/1998, p. 596) teceu ao referir-se aos analistas que se atinham a um “senso de realidade”, em uma simplificação da situação analítica. A crítica sobre esse viés pode ser didática quanto à rotatividade. Afinal, é como se fosse possível, ao verificar a existência de elementos fenomenicamente transferenciais com mais de um analista, que uma análise poderia dar-se com mais de um analista ao mesmo tempo. Nesse caso, estaríamos confundindo o fenômeno da transferência, presente nas diversas relações humanas, com a especificidade da operação transferência.

Como manifestação fenomênica, a transferência está presente mesmo “antes de qualquer começo de análise” (Lacan, 1953-1954/1986, p. 309). No entanto, é importante considerarmos que existem tempos da transferência. Assim, em um primeiro momento, pode-se dizer que o sujeito dirige sua fala a partir de traços identificatórios ao analista. Conforme trabalhado por Lacan (1957-1958/1999), encontramos-nos aí no registro imaginário, conforme o patamar inferior do grafo do desejo: $\$ \rightarrow I(A)$.

Para aprofundarmos o tema, retomemos a concepção de “demanda de análise”. Sabemos que um sujeito “pede” por uma análise, pois é condição da neurose que o sujeito não deseje saber sobre aquilo que sabe inconscientemente. Mas tal formulação não carece ser desconsiderada, pois é extraída da clínica — tendo em vista uma experiência dialética, mesmo na ausência de intersubjetividade —, como exemplifica Lacan (1960-1961/1992, p. 201) sobre a demanda oral: “é a demanda de ser alimentado” que se dirige ao Outro. Daí que uma demanda contenha sua resposta invertida, o que remete, conforme o exemplo, ao desejo de se deixar alimentar. O sujeito cria uma demanda para que possa respondê-la com seu desejo, e o problema do neurótico é fazer depender seu desejo da demanda do Outro.

A demanda de análise está atrelada à emergência da retificação subjetiva, uma mudança das coordenadas do sujeito por meio de inversões dialéticas, que produzem uma abertura e permitem o advento de um enigma a ser decifrado. Um sujeito demanda uma interpretação que dê sentido a seu sofrimento e que, preferencialmente, cure. Contudo, a resposta do analista difere das psicoterapias, pois a análise é uma forma de tratar, justamente, a demanda pelo desejo (Fingermann & Dias, 2005).

Tal enigma, quando dirigido ao analista, é um índice de que o analista está sob transferência. Isso quer dizer que, nesse segundo tempo, direciona sua fala sob o

patamar superior do referido grafo, dado em função da não resposta do Outro (\$ → S(A)) à demanda. Cabe ressaltar que é a demanda que cria a onipotência do Outro, traz consigo uma dimensão de apelo no qual o analista encontra-se sob um poder de atender: “Esse Outro que tem não é marcado pela falta; Outro não barrado ao qual o sujeito se aliena através da identificação para se ver como amável (...) sempre ideal do Outro, o qual faz crer que o Outro é completo” (Torres, 2010, p. 43).

Não são fortuitos, conforme mencionamos, um empreendimento institucional e uma clínica assentada em um suposto ego autônomo ideal da psicologia do ego, algo que se daria entre vários analistas encastelados em uma instituição.² Essa crítica pode também nos ensinar algo sobre a rotatividade: “Uma equipe de *egos*, decerto menos iguais do que autônomos”, por assentar a análise sobre a “realidade” (Lacan, 1958/1998, p. 597). Isto é, na realidade fenomênica da transferência, em sua dimensão imaginária,³ a análise pode ser terapêutica, mas se conduz pela identificação e reduz-se à sugestão. E, continua o autor: “se o analista só lidasse com resistências”, conforme certa fixação sobre o fenômeno da resistência pela psicologia do ego, “pensaria duas vezes antes de fazer uma interpretação” (Lacan, 1958/1998, p. 597).

Talvez não seja fortuito extrairmos da rotatividade efeitos de resistência. Isto é, há casos em que a emergência de certos conteúdos em uma sessão na praça faz com que o sujeito queira ser atendido por outro. No entanto, aprendemos com Freud (1904/1905/1996a, p. 113) que a transferência comparece “na psicanálise como resistência”, e soma-se a isso a resistência do sujeito a certos conteúdos inconscientes, como efeito inerente ao recalque neurótico.

Contudo, mesmo considerando a resistência como inerente à transferência, ela pode indicar a presença de uma resistência do analista. Trata-se de um aspecto para o qual Lacan (1953-1954/1986) chamou a atenção ao dizer que não havia contra-transferência, mas resistência do analista à transferência do sujeito. Desse modo, ressaltemos a forma como a transferência pode ser manejada em sua dimensão de fenômeno pelas psicoterapias. Isto é, um manejo que acaba se revelando como um exercício de poder, condicionando a clínica pela via da sugestão, intencional ou inadvertidamente. A psicoterapia, enfim, age com as seguintes premissas:

2 Apesar de não ser o objeto deste texto, é importante notarmos que a psicanálise ensina que a dimensão do real impossível também se impõe no cerne de experiências coletivas, inclusive de coletivos de analistas, pois, em função da singularidade subjetiva em termos de desejo e modos de gozo, não existe conjunto e, portanto, contam-se um a um. Desse modo, apesar de não desenvolvermos o tema, consideramos que não é possível haver tratamento realizado por Um coletivo, na medida em que uma análise só pode ser conduzida uma a uma. Do mesmo modo, não é possível dizer que um sujeito é analisado pela “praça”, pois não é a praça que conduz uma análise.

3 Como observou Lacan (1953-1954/1986, pp. 297-298): “Colocar em jogo a projeção ilusória de qualquer das relações fundamentais do sujeito sobre o parceiro analítico, ou ainda a relação de objeto, a relação entre transferência e a contratransferência, tudo isso, que fica nos limites de uma *two bodie's psychology*, é inadequado. (...) não passa de uma relação narcísica.”

Com as melhores intensões, preocupa-se em apaziguar a dor da falta a ser com uma fala, uma resposta, uma interpretação que dê sentido, bom sentido, bom senso ao que do sujeito emerge como testemunho da ausência de sentido que o atormenta. (Fingermann & Dias, 2005, p. 53)

Em contraste, revisitemos o que suscitou o abandono da sugestão hipnótica pela associação livre: a emergência do discurso histérico fazendo frente a uma mestria — uma resistência do próprio desejo de desejar. Nesse ínterim, lembremos a advertência freudiana de que a sugestão — contra a qual o discurso histérico se insurge — encontra sua força, justamente, graças à identificação (Freud, 1921/2011).

Lacan (1957-1958/1999) indica que, não obstante certa ambiguidade, há diferenças entre identificação e transferência. A primeira é a que permite haver sugestão, operando no primeiro patamar do grafo, como identificação com as “insígnias do Outro como sujeito da demanda, aquele que tem o poder de satisfazer” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 441), e a transferência opera no segundo patamar, em um plano no qual não se encontra nada que possa corresponder a uma “satisfação da demanda, mas como uma articulação significante como tal” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 442).

Além de não ratificar a demanda, é preciso atentar para o manejo da transferência, para a forma de sua mobilização pelo analista. Trata-se de uma posição em que “o que nos é pedido é que não favoreçamos essa confusão [entre identificação e transferência] por nossa presença ali como Outro” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 442). Assim, compete ao analista “uma necessidade de articular o desejo de outra maneira” que não aquela ratificada pela identificação (Lacan, 1957-1958/1999, p. 446).

Um erro de plano. Equivale a fazer passar para o plano da identificação sugestiva, o da demanda, aquilo que está sendo posto em questão [o desejo]. Equivale a favorecer uma certa identificação imaginária do sujeito, tirando proveito, por assim dizer, da influência dada pela posição sugestiva acessível ao analista com base na transferência. Equivale a dar uma solução falsa, desviada, lateral, ao que está em questão, não digo em sua fantasia, mas no material que ele efetivamente leva ao analista. (Lacan, 1957-1958/1999, p. 448)

No entanto, a identificação funciona como uma “mola que entra em jogo no primeiro tempo da transferência” (Lacan, 1964/1997, p. 249). Encontra-se no início e pode sofrer uma progressão. A ideia de “mola” é didática, pois identificação e transferência localizam-se em uma topologia — *cross-cap* — que se encontra em um ponto de interseção produzido pelas voltas da demanda. São tais voltas que

fazem emergir, por cingir o desejo em um ponto resultante da realização de uma volta sobre si mesma, o ponto da transferência.

Daí que o analista sirva-se da demanda — não se trata de extirpá-la, pois é constitutiva da linguagem —, a fim de que o sujeito produza “a resposta de seu desejo” (Fingermann & Dias, 2005, p. 51). Ao funcionar como mola, podemos apreender que cabe ao analista não se deixar levar e, assim, operar pela identificação — a qual o sujeito lhe convoca —, suggestionando o sujeito. Afinal, a hipnose se produz, justamente, pela junção entre um significante ideal e o objeto *a*. Assim, é ao se colocar como semblante de objeto *a* que, a essa identificação alienante — conforme a operação de alienação —, um analista produz uma separação (Lacan, 1967-1968). Abstém-se do poder que a alienação lhe oferece, produzindo uma separação dos ideais do Outro e tratando a demanda ao separá-la do desejo.

A operação e a manobra da transferência devem ser regradas de maneira que se mantenha a distância entre o ponto desde onde o sujeito se vê amável, e esse ponto em que o sujeito se vê causado como falta por *a*, e onde *a* vem arrolhar a hiância que constitui a divisão inaugural do sujeito. (Lacan, 1964/1997, p. 261)

Daí ser preciso que o analista tenha passado por uma análise, ao ponto de uma “liquidação da transferência”, o que não quer dizer “liquidar o inconsciente”, mas sua redução (Lacan, 1964/1997, p. 259). Em seus termos: “uma liquidação permanente dessa tapeação pela qual a transferência tende a se exercer no sentido do fechamento do inconsciente”, a fim de que se alcance o “ponto de falta que o sujeito tem que se reconhecer” (Lacan, 1964/1997, pp. 259 e 262). É desse modo que encontramos “a mola fundamental da operação analítica”, a saber, “a manutenção da distância entre o I e o *a*” (Lacan, 1964/1997, p. 264). Portanto, o manejo diz dessa mola que faz avançar e separa o que é da identificação e a operação de transferência.

Podemos dizer que, enquanto para o sujeito há movimentos em termos de identificação e transferência, ao analista só existe uma orientação. É pela transferência que se torna possível reconduzir a demanda aos traços de identificação do sujeito, às coordenadas simbólicas e imaginárias que o fixam em sua modalidade de sofrimento, rumo à destituição subjetiva.

Retomemos nossa questão: como poderá um analista autorizar-se sua função e dirigir um tratamento sem, antes, ter sido alçado por um sujeito a um lugar Outro, como engodo de um suposto saber? Lacan foi preciso ao dizer que só havia um sujeito em análise. Daí que a suposição de saber ao analista coloque-o como um Outro que pode dar amor, saber e satisfação (no caso da histeria), ou alguém que tem o poder (na neurose obsessiva) — mas às custas do fechamento do inconsciente (Torres, 2010). Um analista não ocupa o lugar de sujeito na análise — não

entra com sua fantasia —, não “é” sujeito suposto saber.⁴ Contudo, opera sob transferência e, com isso, maneja a demanda. Tal manejo implica “simular que a posição do sujeito suposto saber seja sustentável, porque está nela o único acesso a uma verdade da qual o sujeito vai ser rejeitado, para ser reduzido à sua função de causa” (Lacan, 1967-1968, p. 57).

Aquele que chegou ao ato de sua passagem a analista suporta a função do sujeito suposto saber na condição de encontrar-se como objeto *a*. Na verdade, é “impossível” àquele que chegou a esse ato “que ele não instale o ‘a’ no nível do sujeito suposto saber” (Lacan, 1967-1968, p. 90). Assim, um analista encontra-se como semblante de objeto *a* do/para um sujeito, rumo à destituição que fez do analista uma encarnação de saber e objeto de tapeação amorosa. Não opera como um Outro (A), mas aponta para o desejo, produzindo transformações na forma de o sujeito posicionar-se subjetivamente.

Para isso, ressalta, não é possível “ultrapassar esse ponto de inflexão” que é o da “própria presença” do analista (Lacan, 1967-1968, p. 59). Tal afirmação evoca a decisão (ética) de um analista em sustentar uma análise sob transferência e que se engaje (política) nas vias de seu manejo, sem a suposta conveniência de tratá-la intuitivamente (dimensão fenomênica) ou por procuração (dimensão de metalinguagem).

Considerações finais

A transferência constitui-se de dois encadeamentos ao analista: uma destinação de saber e como objeto da fantasia do sujeito. À demanda de saber o analista responde com sua interpretação, visando ao equívoco, e, quanto ao objeto fantasmático, responde com o ato analítico, “a não cumplicidade com a fantasia pela qual o sujeito tenta enrolar o parceiro” (Fingermann & Dias, 2005, p. 51). Assim, à demanda do sujeito — feita dos significantes da frustração presentes em sua história — o analista não responde, porque sabe que o sujeito pede que recuse o que lhe oferece.

Em função de sua realidade fenomênica, a transferência pode confundir o de que se trata em uma análise, como atualização da realidade do inconsciente (Lacan, 1964/1997). A partir da posição do analista, trata-se do manejo de uma atualização que “já é, potencialmente, uma análise da sugestão” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 439).

Atentemos para os termos que destrinchamos para ressoar o que mobiliza, diferentemente, efeitos analíticos e terapêuticos. Não obstante recolhermos efeitos

4 Nos termos de Lacan (1967-1968, p. 57): “Não existe para a análise, e bem menos ainda para o analista, não existe em lugar algum — e aí está a novidade — sujeito suposto saber [S(A)]. Há apenas o que resiste à operação do saber fazendo o sujeito, a saber, este resíduo que se pode chamar ‘a verdade’.”

terapêuticos por meio da rotatividade de analistas, a mola que conduz a identificação à transferência encontra-se na dependência do lugar ocupado por um analista em termos de sua presença e seu manejo. Desse modo, como apreender tal mola por procuração, como na hipótese de uma análise conduzida por diferentes analistas? Mas é preciso ressaltar que a rotatividade sequer constitui condição para esse trabalho. Ela se dá como contingência de um encontro que possibilita cingir o sofrimento singular de um sujeito.

A praça é espaço para um acolhimento realizado pela escuta psicanalítica, independentemente da orientação teórico-clínica, do percurso de formação de cada um e da extensão de uma análise. Falar é terapêutico — *talking cure* —, e há de se atentar para os manejos da angústia que, frequentemente, assolam essa praça. Mas estamos advertidos de que a experiência de análise não se reduz a efeitos terapêuticos, pois se orienta ao real da castração, aponta para um inesperado contingencial, o que não quer dizer acesso a todos os gozos possíveis, nem qualquer conformidade.

Com Safouan (2009, p. 81), podemos dizer que toda análise comporta um “método terapêutico”, e a distinção entre uma análise “didática” e outra “terapêutica” exige decifração. Para esse autor, é mais coerente distinguir dois tipos de análise: a que se fundamenta no eu/ego e aquela que se dirige ao sujeito do desejo inconsciente. Essa diferença permite considerar “que uma análise é *rigorosa* se ela procede de uma justa apreciação do desejo ou da fantasia inconsciente e da dinâmica que ele põe em ação (...). A partir daí, a distinção entre ‘didática’ e ‘terapêutica’ desaparece”, não obstante o risco de uma análise ser conduzida por uma “passagem ao ato” de um analista em formação, isto é, como “realização de uma fantasia ignorada”, não atravessada (Safouan, 2009, pp. 86-87). Por isso, o tema do fim da análise, do advento do desejo do analista, precisa ser considerado, o que perpassa o tema da destituição subjetiva.

Apesar de a psicanálise implicar transformações que envolvem ganhos em termos de saber, que é o aspecto terapêutico de uma análise, existe uma dimensão que não se esgota com o saber, mas aponta para a verdade (Dunker, 2015). Em uma análise, a verdade localiza-se nos pontos de “falha” do saber, remete ao real da castração, a um saber sem sujeito e tem relação com o objeto *a* (Lacan, 1967-1968, p. 56). Já o saber, que tem relação com a dimensão terapêutica, é oriundo da decifração do inconsciente:

Segundo a rigorosa escuta da fala do paciente, com o menor acréscimo possível de sentido, este saber não cura o sujeito. É fato que isso produz estabilização narcísica, de redução de angústia e até de rearticulação das relações com a realidade e seus laços constitutivos. Ou seja, há um efeito

terapêutico decorrente de tal forma de produzir um saber, de refazer uma história, de recuperar as escolhas de um sujeito segundo determinações que lhe escapam. Contudo, uma psicanálise não termina, mas começa nesse ponto. (Dunker, 2015, p. 594)

Aprofundamos o tema da transferência, em sua articulação com a identificação, considerando a rotatividade de analistas e seus efeitos na condução dos atendimentos realizados na Psicanálise na Praça Roosevelt. Precisamos uma clínica asentada na identificação, com seus efeitos de sugestão, e a transferência propriamente analítica, como idêntica a seu manejo e sem que se a tome por procuração, contribuindo para fundamentar esse trabalho coletivo. Aprofundamos essas modalidades, sem prejuízo em termos de seus efeitos, como aposta clínico-política para a psicanálise em espaços públicos.

Dessa investigação, ficamos com o testemunho de Laznik (2009), que, após ter recebido um decreto de prisão preventiva — caso retornasse ao Brasil nos anos de chumbo da ditadura —, voltou-se para Lacan, a quem pedia indicações por um “analista”. Após algum tempo sem resposta, acabou perguntando se ele podia ser seu “psicoterapeuta”, e Lacan lhe respondeu: “Um psicanalista não tem nenhum motivo para não ser psicoterapêutico àquele que lhe pede isso” (Laznik, 2009, p. 62).

Referências bibliográficas

- Dunker, C. I. L. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo. (Estado de sítio).
- Fingermann, D., & Dias, M. M. (2005). *Por causa do pior*. São Paulo: Iluminuras.
- Freud, S. (1905/1996a). Sobre a psicoterapia. In S. Freud. *ESB* (Vol. VII, pp. 241-254). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1904)
- Freud, S. (1996b). A dinâmica da transferência. In S. Freud. *ESB* (Vol. XII, pp. 110-119). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1912)
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)* (Vol. 15, pp. 13-113). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921)
- Freud, S. (2014). A questão da análise leiga: diálogo com um interlocutor imparcial. In S. Freud. *Inibição, sintoma e angústia e outros textos (1926-1929)* (Vol. 17, pp. 124-230). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926)
- Lacan, J. (1967-1968). *O seminário, livro 15: o ato psicanalítico*. Inédito.
- Lacan, J. (1986). *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1953-1954)
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1960-1961)
- Lacan, J. (1997). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1964)
- Lacan, J. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In J. Lacan. *Escritos* (pp. 591-652). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1958)
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-1958)
- Lacan, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In J. Lacan. *Outros escritos* (pp. 248-264). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1967)
- Laznik, M.-C. (2009). Ritmo, presença, voz, respiração. Testemunho sobre o manejo da transferência em Lacan. In A. Didier-Weill & M. Safouan (Orgs.), *Trabalhando com Lacan* (pp. 57-71). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Safouan, M. (2009). Sobre a distinção lacaniana entre a psicanálise terapêutica e a psicanálise didática. In A. Didier-Weill & M. Safouan (Orgs.), *Trabalhando com Lacan* (pp. 81-88). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Torres, R. (2010). *Dimensões do ato em psicanálise*. São Paulo: Annablume.

Recebido: 31/01/2019

Aprovado: 14/05/2019